



Justiça libera acordo entre Canção Nova e Cachoeira para Santa Casa

Sob intervenção, hospital enfrenta dívida de R\$ 45 milhões, falta de documentação e atendimentos paralisados

Da Redação
Cachoeira Paulista

Uma decisão judicial expedida na quarta-feira (29) deu aval para o novo convênio entre a Prefeitura de Cachoeira Paulista e a Comunidade Canção Nova, com foco na gestão de atendimentos na Santa Casa. Sob forte crise econômico-administrativa, o hospital voltou a atuar sob intervenção municipal, anunciada no último dia 15, após apontamento de irregularidades pelo Ministério Público, como a falta de CND's (Certidão Nacional de Débitos). Sem o documento, a Santa Casa estava impedida de manter convênio com qualquer esfera do poder público e correu o risco de ser fechada.

Com a presença de representantes da Promotoria de Justiça, da Associação Beneficente São José (Santa Casa de Misericórdia São José), das vigilâncias Sanitária e de Saúde, da Fundação João Paulo 2º (Canção Nova), além do secretário do Governo de Cachoeira Paulista, Mauri Antônio Gonçalves da Mota, e o prefeito Ailton Vieira (PSD), o juiz da 2ª Vara da Comarca, Anderson da Silva Almeida, liberou a assinatura de um convênio que garante a realização de serviços básicos de fisioterapia, laboratório de análises clínicas, ambulatório



A Santa Casa de Cachoeira, que entrou em processo de transição para administração da Canção Nova

Foto: Arquivo Atos

e pronto atendimento, que serão prestados na Santa Casa até a transferência integral para a Fundação João Paulo 2º, por meio do Centro Médico Padre Pio.

O prazo para a transferência se encerra no dia 31 de agosto deste ano, quando a entidade católica assume o atendimento de fisioterapia, laboratório de análises clínicas e ambulatório, exceto ortopedia e pediatria, por 12 meses. Haverá um "aditivo mediante aditivo ao termo de convênio ou celebração de outro específico (trecho do despacho)" para gestão do hospital (valores não revelados até o fechamento desta edição). Segundo a decisão, "... eventual demanda excedente de fisioterapia a que será assumida pela Fundação João Paulo 2º, continuará a ser prestada na Santa Casa até 31 de agosto de 2025..."

Com a transferência do Pronto Atendimento, a gestão do sistema de regulação (Cross) no Município ficará sob responsabilidade do Centro Médico Padre Pio. Os processos de investimento devem ser acompanhados por representantes do poder público e do Ministério Público.

A reportagem do **Jornal Atos** tentou contato com a Prefeitura e Canção Nova, mas não obteve respostas até o fechamento desta edição.

Crise - Após 26 anos de

intervenção municipal, instituída em 1997, a Santa Casa havia encerrado o sistema em novembro de 2023, com o empresário Renato Marton na administração. Com o fim da intervenção, a então nova gestão tinha missões como reativar o centro cirúrgico, abrir uma ala psiquiátrica e conseguir manter o atendimento sob dívida, que saiu de cerca de R\$ 900 mil, no final dos anos 1990, para os mais de R\$ 45 milhões atuais.

Mesmo com cortes de despesas que, segundo Marton, teriam garantido uma economia de mais de R\$ 100 mil, em abril, o MP-SP (Ministério Público do Estado de São Paulo) solicitou à Justiça a interdição de dois setores, em orientação da Vigilância Sanitária de Cachoeira Paulista, que constatou que alas estavam funcionando de forma inadequada, com problemas estruturais e atuando sem a licença sanitária e o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

Além da interdição das alas, o órgão solicitou à Justiça a suspensão do repasse de recursos para o funcionamento do hospital, que possui 177 funcionários e atendimento diário de cerca de duzentos pacientes.

O prefeito Ailton Vieira cancelou o convênio e emitiu uma nota sobre o novo decreto de intervenção.

Prefeitura de Aparecida anuncia revitalização na Monte Carmelo e acesso com R\$ 2,6 milhões

Secretaria destaca projetos com série de obras que contemplam ações de acessibilidade, segurança e estética urbana na cidade; investimento para trabalhos vem de orçamento da secretaria de Turismo

Marcelo Augusto dos Santos
Aparecida

A Prefeitura de Aparecida anunciou, na última semana, obras de revitalização para a rua Monte Carmelo, além de melhorias no paisagismo das principais entradas da cidade, ações na avenida Chad Gebran e a avenida Padroeira do Brasil. Esses projetos visam melhorar a acessibilidade, segurança e a estética urbana.

O Município apontou a transformação da rua Monte Carmelo como "significativa" no plano de mobilidade e reestruturação, incluindo a revitalização das calçadas com melhorias voltadas à acessibilidade e a reorganização das vagas de estacionamento, que serão dispostas em 45 graus. "Essa alteração proporcionará uma desaceleração do tráfego

e tornará a rua mais segura para os pedestres", explicou o secretário Ricardo Alessandro Henrique da Silva. Além disso, a via receberá novo paisagismo e recapeamento, com um orçamento estimado em R\$ 1,1 milhão e prazo de execução de 12 meses.

A segunda intervenção abrange o paisagismo das avenidas Chad Gebran e Padroeira do Brasil. Esta obra, orçada em aproximadamente R\$ 1,5 milhão, incluirá o plantio de palmeiras e arbustos, a implantação de um sistema de irrigação semi-autônomo e a instalação de iluminação paisagística. "O objetivo é melhorar a estética e funcionalidade dessas vias, proporcionando um ambiente mais agradável para moradores e visitantes", afirmou o secretário de Obras, Ricardo Alessandro Henrique da Silva. A conclusão dessa



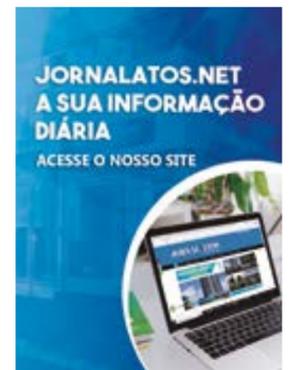
Trecho da Chad Gebran, que faz parte de ações que contemplam Padroeira do Brasil e Monte Carmelo

Foto: Marcelo A. dos Santos

etapa está prevista para cinco meses após o início.

Além das melhorias, o secretário destacou a parceria entre a Prefeitura e o Santuário Nacional, visando a renovação da praça Nossa Senhora Aparecida. "O projeto da praça está em andamento, com iluminação embutida e um novo design adaptado. Estamos aguardando a apresentação completa do projeto pelo Santuário para pleitear recursos financeiros necessários à execução".

As obras serão financiadas com recursos da secretaria de Turismo oriundos do Dadetur (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos) do Estado de São Paulo.



Tomografia Computadorizada

160 canais - a única da região

Maior confiabilidade em todos os exames, especialmente, os **cardiológicos**:

Angiotomografia de Coronárias e outros.

12 98891-5484 AGENDE SEU EXAME

Tecnologia de última geração

é na Santa Casa de Lorena, seu **hospital do coração**.



SANTA CASA
LORENA



Responsável Técnico: Dr. José Reinaldo Araujo Vilela - CRM: 110427 - SP



ATOS E FATOS

Professor Márcio Meirelles

“O Tribunal de Contas deveria ser órgão mediador independente, órgão autônomo e equidistante dos Poderes, a rigor órgão extra poder, auxiliar tanto do Executivo quanto do Legislativo”.

Rui Barbosa

O TRIBUNAL FAZ DE CONTA!

Quando das discussões sobre o controle das ações de gestão pública vêm à tona o tema accountability. A origem do conceito é complexa e pode ser atribuída a diversas fontes e momentos históricos.

É difícil precisar um único país ou evento como o ponto de partida definitivo.

No entanto, podemos destacar alguns marcos importantes que contribuíram para o desenvolvimento do conceito.

No Século XVII o Parlamento Inglês começa a estabelecer mecanismos para controlar os gastos da Coroa e exigir prestação de contas dos funcionários públicos.

O tema evoluiu e no Século XIX reformas como a Lei de Reforma de 1832 e a Lei de Serviço Civil de 1883 reforçam a accountability ao instituir critérios meritocráticos para o ingresso na administração pública e promover a transparência na gestão dos recursos públicos.

A Constituição Americana, promulgada em 1787, estabelece um sistema

accountability seja plenamente implementada no país, como o combate à corrupção, o fortalecimento das instituições de controle e a promoção da participação social.

O sistema utilizado em países como Estados Unidos e Inglaterra, coloca a ênfase na responsabilização direta dos gestores pelos resultados de suas ações, independentemente da aprovação do Poder Legislativo

É verdade que o sistema brasileiro de julgamento das contas dos gestores, com a análise inicial pelos Tribunais de Contas (TCs) e posterior julgamento final pelo Poder Legislativo, gera questionamentos sobre sua efetividade no combate à corrupção, especialmente em um contexto de forte influência política nas decisões legislativas.

Um parecer técnico e jurídico é novamente julgado pelo poder popular. Daí os trabalhos criteriosos de análise técnica serem julgados pelo parlamento onde, com raras exceções, o Poder Executivo não manifeste a sua influência política.

A necessidade de aprovação pelo

Um parecer técnico e jurídico é novamente julgado pelo poder popular.

de “checks and balances” (significa o sistema em que os poderes do Estado mutuamente se controlam) entre os poderes, com mecanismos para controlar o poder do governo e exigir responsabilidade dos governantes.

A Revolução Francesa (1789) também contribuiu para o desenvolvimento do conceito, ao defender a ideia de que os governantes devem ser responsáveis por seus atos perante o povo.

Ao longo do tempo, o conceito de accountability se expandiu e se tornou mais abrangente.

Hoje, vai além da simples prestação de contas e engloba a responsabilização dos gestores públicos causadores dos resultados de suas ações, tanto positivos quanto negativos. As informações sobre a gestão pública devem ser acessíveis ao público, de forma clara e concisa. Por outro lado, sociedade civil deve ter oportunidades de participar da tomada de decisões e monitorar a gestão pública.

O Brasil possui diversos mecanismos para promover a accountability, como os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Lei de Acesso à Informação.

A cidade de São Paulo tem a primazia de ter, o seu é único no país, Tribunal de Contas Municipal. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados para que a

Poder Legislativo para a condenação de um gestor pode levar à pressão política e à negociação de votos, dificultando a punição de gestores com ligações políticas fortes, mesmo em casos de comprovadas irregularidades.

Os Tribunais de Conta nada mais para a sociedade do que um Tribunal Faz de Conta.

Apesar de serem órgãos auxiliares do Poder Legislativo, os TCs possuem certa autonomia na análise das contas. A análise pelos TCs muitas vezes se concentra em aspectos formais da gestão, como a legalidade dos gastos, sem aprofundar a questão da eficiência e do efeito das ações do gestor na vida da população. É o suficiente para a sociedade!

Pelos processos de julgamento das contas serem lentos e morosos, o que atrasa a punição dos gestores, o que possibilita a se candidatar o que gera a sensação de impunidade. O fortalecimento da crença “rouba, mas faz”.

O sistema atual apresenta falhas e dificultam o combate à corrupção. No entanto, a implementação de um novo sistema no Brasil exigiria um amplo debate público e um compromisso com as reformas necessárias. Por que não equiparar o Tribunal de Contas em órgãos de proteção da sociedade como o Ministério Público? Tema para a reforma administrativa(?).

Guará recebe Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa com R\$ 1,5 milhão em emendas

Área registra média de mais de um habitante morto por dia; Caraguá, Guaratinguetá e Pindamonhangaba enfrentam situação preocupante

Foto: Reprodução CMG



Deputados da Alesp, durante reunião com vereadores de Guará, em sessão para debater investimento e diretrizes na região

■ Fabiana Cugolo
Guaratinguetá

A Câmara de Guaratinguetá recebeu, na última sexta-feira (24), uma audiência pública promovida pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) para o debate sobre o Orçamento do Estado de São Paulo. Em destaque, anunciou aportes para ações sociais e de assistência básica para a região.

As audiências sobre o tema são realizadas nas macrorregiões paulistas. Neste ano, pela RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte), a ação passou por Guaratinguetá e São Sebastião.

O encontro contou com a presença dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, os deputados estaduais Gilmaci Santos (Re-

publicanos), Ênio Tatto (PT) e Luiz Cláudio Marcolino (PT). Marcolino, que é vice-presidente da Comissão, destacou que audiência é a oportunidade de ouvir a população paulista. “Com essas demandas, a gente já vai, primeiro, indicando o recurso na própria cidade ou para região onde a audiência pública acontece para o orçamento de 2025. Então, já é uma verba carimbada, é uma obra ou ação que vai acontecer”, explicou o parlamentar, que lembrou que as demais demandas que são apresentadas nas audiências, são colocadas em um relatório e se tornarão emendas e indicações na Alesp.

No debate em Guaratinguetá, cidades da região foram contempladas com indicações confirmadas para o ano de 2025. Ainda de acordo com Marcolino, os recursos foram destinados à Saúde de Guaratingue-

tá, UPA ou Santa Casa de Misericórdia; Caçapava, para a Fundação de Saúde e Assistência do Município; e São José dos Campos, com o Gacc (Grupo de Assistência à Criança com Câncer).

Para Jacareí, a demanda foi em relação à causa animal, contemplando a ONG Bicho Feliz. Em Cunha, duas indicações, destinadas para a Apae e ao atendimento à Mulher, na Casa das Senhoras.

No total, cerca de R\$ 1,150 milhão em indicações foram confirmados para o próximo ano e liberados para seis cidades da região. Segundo informações da Comissão de Finanças e Orçamento, 25 audiências públicas percorrem o Estado com esse tema.

Após a passagem pelo Vale do Paraíba e Litoral Norte, resta apenas uma audiência, que finaliza o trabalho na cidade de São Paulo.

Vacinação contra a gripe em Cruzeiro

Vacinar é cuidar!

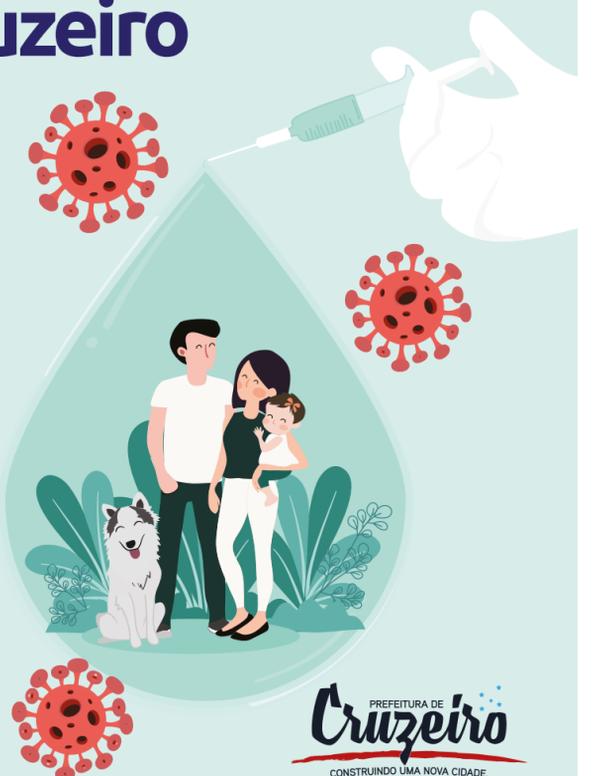
A partir desta semana, a Prefeitura de Cruzeiro, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), inicia a campanha de vacinação contra a gripe!

Onde encontrar?

As vacinas estarão disponíveis em todas as Unidades de Saúde do município.

Quais são os grupos prioritários que podem se vacinar?

Crianças de 6 meses a menores de 6 anos (5 anos, 11 meses e 29 dias); gestantes; mulheres que deram à luz nos últimos 45 dias; indivíduos com 60 anos ou mais; povos indígenas e comunidades tradicionais quilombolas; população em situação de rua; pessoas com deficiência permanente ou com doenças crônicas e imunossuprimidas; trabalhadores da saúde; professores do ensino básico a superior; forças de segurança e salvamento; Forças Armadas; caminhoneiros; trabalhadores de transporte coletivo rodoviário (urbano e de longo curso); trabalhadores portuários; população privada de liberdade e funcionários do sistema prisional; jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas.



PREFEITURA DE
Cruzeiro
CONSTRUINDO UMA NOVA CIDADE.

NOSSO PLANO DE NEGÓCIO É O SUCESSO DA SUA EMPRESA!

www.contabilcosta.com.br

Escritório I
(12) 3122-5576
contabil@contabilcosta.com.br
Rua Domingos Rodrigues Alves, 425,
Centro, Guaratinguetá - SP

Escritório II
(12) 3122-9571
contabil@contabilcosta.com.br
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 173,
Centro, Pindamonhangaba - SP

COSTA
ASSESSORIA CONTÁBIL



MUNICÍPIO DE SILVEIRAS - SP
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras Orçamentárias

Poder/Órgão/Função de Recurso/Aplicação	Disponibilidades Financeiras			Deduções		Empenhos Liquidados a Pagar (V)	Disponibilidades Financeiras Líquidas (VI) = (III)-(IV)-(V)	Inscrições em Restos a Pagar não Processados (VII)	Inscrições em Restos a Pagar Processados (VIII)	Suficiência/Insuficiência Financeira (IX) = (VI)-(VII)-(VIII)
	Do Exercício (I)	Do Exercício Anterior (II)	Total (III) = (I)+(II)	R.P. de Exercícios Anteriores (IV)						
				Processados	Não Processados					
PODER EXECUTIVO	1.998.972,66	3.336.493,51	4.406.466,17	63.823,71	668.191,21	1.563.070,58	2.111.386,75	0,00	0,00	2.111.386,75
02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS	1.998.972,66	3.336.493,51	4.406.466,17	63.823,71	668.191,21	1.563.070,58	2.111.386,75	0,00	0,00	2.111.386,75
01 - Tesouro	1.960.842,29	511.587,19	1.572.429,48	42.643,81	150.791,99	1.219.333,44	159.750,27	0,00	0,00	159.750,27
100.0000 - Geral Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.593,26	-49.593,26	0,00	0,00	-49.593,26
100.0061 - ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110.0000 - Geral	1.960.842,29	509.996,40	1.571.044,58	42.643,81	150.791,99	1.219.333,44	159.750,27	0,00	0,00	159.750,27
120.0000 - Aterção de Bens	1,78	67,00	68,78	0,00	0,00	0,00	68,78	0,00	0,00	68,78
140.0000 - Royalties da Exploração de Petróleo e	0,00	0,00	0,00	42.643,81	85.400,95	913.100,34	-1.045.545,10	0,00	0,00	-1.041.141,10
200.0000 - Educação	-308,07	1.523,76	1.315,69	0,00	0,00	0,00	1.315,69	0,00	0,00	1.315,69
210.0009 - Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
220.0000 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
230.0006 - TRANSPORTE DE ALUNOS - CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.886,79	-2.886,79	0,00	0,00	-2.886,79
230.0000 - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
240.0000 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.0022 - SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.524,06	-31.524,06	0,00	0,00	-31.524,06
303.0000 - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.811,60	-1.811,60	0,00	0,00	-1.811,60
303.0000 - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.093,03	-1.093,03	0,00	0,00	-1.093,03
309.0003 - Agente Comunitário de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
310.0000 - Saúde - Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.428,66	-1.428,66	0,00	0,00	-1.428,66
313.0000 - Transferências provenientes do Governo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.924,54	-9.924,54	0,00	0,00	-9.924,54
510.0000 - Assistência Social - Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.127,80	-27.127,80	0,00	0,00	-27.127,80
02 - Transferência e Convênios Estaduais -	214.646,00	899.190,12	1.113.836,12	0,00	417.510,00	204.146,75	492.169,37	0,00	0,00	492.169,37
100.0000 - Convênio nº 30113/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-417.510,00	0,00	0,00	-417.510,00
100.0086 - CDHU	342,47	12.883,82	13.226,29	0,00	0,00	0,00	13.226,29	0,00	0,00	13.226,29
200.0005 - CONVÊNIO TRANSPORTE ESCOLAR	540.411,11	335.344,21	877.755,32	0,00	0,00	87.944,12	-789.811,20	0,00	0,00	-789.811,20
230.0006 - TRANSPORTE DE ALUNOS - CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
230.0007 - TRANSPORTE DE ALUNO VERBA	31,41	1.181,72	1.213,13	0,00	0,00	0,00	1.213,13	0,00	0,00	1.213,13
260.0000 - Educação - FUNDEF	-188.381,83	294.166,83	17.985,00	0,00	0,00	0,00	17.985,00	0,00	0,00	17.985,00
261.0000 - EDUCAÇÃO - FUNDEF - MAGISTÉRIO F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.301,76	-71.301,76	0,00	0,00	-71.301,76
264.2020 - FUNDEF - Parcela Oribita	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
264.2022 - FUNDEF - Parcela Oribita 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.0010 - PAR ESTADUAL - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.0023 - SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.2037 - PSF - QUAIS MAIS - GUARUBA	48.635,12	23.369,89	92.004,21	0,00	0,00	0,00	92.004,21	0,00	0,00	92.004,21
300.3056 - CONVÊNIO ESTADUAL AQUISIÇÃO DE	6,19	233,14	239,33	0,00	0,00	0,00	239,33	0,00	0,00	239,33
300.3077 - EMENDA PARLAMENTAR 201020202028	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.3078 - Espaço Saúde	-206.476,65	254.479,31	47.992,66	0,00	0,00	0,00	47.992,66	0,00	0,00	47.992,66
305.0000 - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
303.0003 - IJM SUS Paulista Integral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.471,34	-35.471,34	0,00	0,00	-35.471,34
303.0004 - IJM SUS Paulista Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.402,14	-8.402,14	0,00	0,00	-8.402,14
308.0003 - Quilts Mais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
308.0007 - Câmbrio de Custos Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
308.0009 - Câmbrio Estadual nº 2022.253.42306	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
308.0010 - Câmbrio Estadual nº 2022.144.41408	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

GeisAP - PMS Página 1 de 3

Poder/Órgão/Função de Recurso/Aplicação	Disponibilidades Financeiras			Deduções		Empenhos Liquidados a Pagar (V)	Disponibilidades Financeiras Líquidas (VI) = (III)-(IV)-(V)	Inscrições em Restos a Pagar não Processados (VII)	Inscrições em Restos a Pagar Processados (VIII)	Suficiência/Insuficiência Financeira (IX) = (VI)-(VII)-(VIII)
	Do Exercício (I)	Do Exercício Anterior (II)	Total (III) = (I)+(II)	R.P. de Exercícios Anteriores (IV)						
				Processados	Não Processados					
308.0011 - Câmbrio Estadual nº 2022.050.44646	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
308.0012 - ALÍQUOTAS PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
308.0013 - Abandono Integral e Descentralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500.0001 - REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA	15.822,13	4,31	15.826,44	0,00	0,00	1.027,39	14.799,05	0,00	0,00	14.799,05
500.0001 - REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA - SEADIS	-1.719,21	20.251,05	17.531,84	0,00	0,00	0,00	17.531,84	0,00	0,00	17.531,84
500.0074 - CONVÊNIO SECTV - ASSISTÊNCIA	2.785,50	10.477,56	13.263,06	0,00	0,00	0,00	13.263,06	0,00	0,00	13.263,06
500.0076 - CADURICO	-18.002,66	18.002,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500.0079 - RECURSO PROTEÇÃO BÁSICA	499,42	18.795,42	19.294,84	0,00	0,00	0,00	19.294,84	0,00	0,00	19.294,84
510.0000 - Assistência Social - Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 - Transferência e Convênios Federais -	-205.364,44	1.925.574,96	1.720.210,52	21.179,90	98.449,45	139.590,35	1.460.790,88	0,00	0,00	1.460.790,88
100.0000 - Convênio nº 911652/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100.0000 - TRANSFERÊNCIA EMENDA ESPECIAL Nº	-225.540,83	429.799,38	204.258,55	0,00	89.436,41	0,00	114.812,14	0,00	0,00	114.812,14
100.0094 - LEI PAULO GUSTAVO - LC Nº 195/2022	584,97	13.514,13	14.099,10	0,00	0,00	0,00	14.099,10	0,00	0,00	14.099,10
100.0095 - Programa Brasil Carinhoso	0,00	0,00	0,00	0,00	7.991,80	0,00	-7.991,80	0,00	0,00	-7.991,80
100.0096 - EMENDA PARLAMENTAR Nº	24.968,75	1.029.294,90	1.044.263,65	0,00	0,00	0,00	1.044.263,65	0,00	0,00	1.044.263,65
100.0097 - LEI PAULO GUSTAVO - LC Nº 195/2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130.0042 - CONTRIBUIÇÃO CIDE	6.486,92	25,42	6.512,34	0,00	0,00	0,00	6.512,34	0,00	0,00	6.512,34
200.0001 - TRANSFERENCIA SALARIO EDUCACAO -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.930,58	-60.930,58	0,00	0,00	-60.930,58
200.0003 - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.019,77	-22.019,77	0,00	0,00	-22.019,77
200.0004 - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31.043,02	31.043,02	0,00	0,00	31.043,02
200.0045 - QESE - Remuneração de Aplicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210.0005 - F.N.D.E - APOIO A CRIE/OE	225,45	8.857,29	9.082,74	0,00	0,00	0,00	9.082,74	0,00	0,00	9.082,74
230.0029 - TRANSPORTE DE ALUNOS - PNAE	41.969,49	20.938,79	62.908,28	0,00	0,00	0,00	62.908,28	0,00	0,00	62.908,28
230.0038 - CONVÊNIO QESE -	3.862,81	66.742,90	70.605,71	0,00	0,00	0,00	70.605,71	0,00	0,00	70.605,71
300.0005 - PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.0006 - ATENÇÃO DE PAC AMBULATORIAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.0015 - CONVÊNIO PARA MATERIAL	-31.499,52	53.513,29	22.013,77	0,00	0,00	0,00	22.013,77	0,00	0,00	22.013,77
300.0031 - CONVÊNIO FJ AQUIS. MATERIAL	1,18	44,36	45,54	0,00	0,00	0,00	45,54	0,00	0,00	45,54
300.0064 - REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
300.0069 - INVESTIMENTOS - AQUISIÇÃO DE	-32.958,00	33.028,01	70,01	0,00	0,00	0,00	70,01	0,00	0,00	70,01
305.0004 - Incentivo Financeiro da APS - Captação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
309.0004 - Agente Comunitário de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
309.0004 - Incentivo Financeiro da APS - Captação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
309.0005 - Atenção à saúde da população para	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
309.0006 - Incentivo Financeiro aos estados, distrito										

MUNICÍPIO DE SILVEIRAS - SP
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Demonstrativo de Restos a Pagar

RF, art. 53, inciso V

Poder/Órgão	Saldo de Exercícios Anteriores		Movimentação até o Bimestre						Inscrição ao Final do Exercício		Saldo até o Bimestre	
	Processados	Não Processados	Liquidações	Pagamentos		Cancelamentos		Processados	Não Processados	Processados	Não Processados	
				Processados	Não Process.	Processados	Não Process.					
PODER EXECUTIVO	2.651.241,91	1.470.295,20	815.170,28	1.987.418,19	799.236,49	0,03	2.867,50	0,00	0,00	63.823,71	668.191,21	
02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVEIRAS												
01 100.0000 - Geral Total	961,87	0,00	0,00	961,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 100.0003 - RYVALTRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 130.0000 - Geral	254.037,13	85.353,79	20.731,84	254.037,13	20.731,84	0,00	749,60	0,00	0,00	0,00	63.872,35	
01 140.0000 - Royalties da Exploração de Petróleo e Gás Natural	1.346.887,66	475.996,01	358.121,99	1.304.243,84	342.932,40	0,01	1.892,46	0,00	0,00	42.643,81	85.400,95	
01 220.0009 - Envaso Infantil	18.710,12	0,00	0,00	18.710,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 220.0006 - Envaso Fundamental	128.583,30	240,00	240,00	128.583,30	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 220.0006 - TRANSPORTE DE ALUNOS - CONVÊNIO ESTADUAL	5.625,59	0,00	0,00	5.625,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 230.0000 - Envaso Médio	1.466,83	0,00	0,00	1.466,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 300.0032 - SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	24.417,94	0,00	0,00	24.417,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 301.0000 - Atenção Básica	3.826,06	0,00	0,00	3.826,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 302.0000 - Vigilância em Saúde	2.172,15	0,00	0,00	2.172,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 309.0003 - Agente Comunitário de Saúde	22.088,70	0,00	0,00	22.088,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 310.0000 - Saúde - Geral	40.751,74	6.823,34	4.824,68	40.751,74	4.824,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420,64	
01 510.0000 - Assistência Social - Geral	11.111,62	0,00	0,00	11.111,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 100.0084 - Convênio nº 101136/2022 CONSTRUÇÃO ESF	0,00	537.096,17	119.586,17	0,00	119.586,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417.510,00	
02 200.0005 - CONVÊNIO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	0,00	72.632,31	72.632,31	0,00	72.632,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 220.0006 - TRANSPORTE DE ALUNOS - CONVÊNIO ESTADUAL	4.924,90	0,00	0,00	4.924,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 261.0000 - EDUCAÇÃO - FUNDEB - MAGISTÉRIO / PROFESSORES DE E.	59.816,77	0,00	0,00	59.816,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 300.0010 - FMS ESTADUAL - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 300.0032 - SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 300.0077 - EMENDA PARLAMENTAR 202120201028 SAÚDE ESTAD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 301.0000 - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0003 - Quilte Rios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0007 - Convênio de Custeio Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0009 - Convênio Estadual nº 2022-251-42308 - Custeio para Un	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0010 - Convênio Estadual nº 2022-194-41408 - Custeio para Un	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0011 - Convênio Estadual nº 2022-950-44940 - Custeio para Un	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0012 - ANULIÇÃO PARA DESPESAS DE CAPITAL - RES.56.134 - 2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 308.0015 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP - Res	1.486,40	96,50	96,50	1.486,40	96,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 500.0001 - REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA	549,37	1.000,00	1.000,00	549,37	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 100.0080 - Convênio nº 911652/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 100.0093 - TRANSFERÊNCIA EMENDA ESPECIAL Nº 99032022-02132	0,00	324.000,00	234.563,59	0,00	234.563,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.436,41	
05 100.0095 - Programa Brasil Carinhoso	7.991,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.991,80	0,00	
05 100.0097 - LEI PAULO GUSTAVO - LC Nº 195/2022 - Audio Visual	1.779,44	0,00	0,00	1.779,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 200.0001 - TRANSPARENCIA SALARIO EDUCAÇÃO - QISE	0,00	1.560,00	1.560,00	0,00	1.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 200.0004 - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 200.0045 - QISE - Remuneração de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0005 - PROGRAMA DE MELHORIA DE ACESSO E DA QUALIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0006 - ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 300.0064 - REDE DE PROTEÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 301.0004 - Incentivo Financeiro da APS - Captação Ponderada	4.288,43	425,44	0,00	4.288,43	0,00	0,00	425,44	0,00	0,00	0,00	0,00	
05 309.0004 - Incentivo Financeiro da APS - Captação Ponderada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

MUNICÍPIO DE SILVEIRAS - SP
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Demonstrativo do Resultado Nominal - Exceto Órgão de Previdência

RF, art 53, inciso III

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2023 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre Atual (c)
	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.819.661,49	8.819.661,49
DEDUÇÕES (II)	999.142,21	3.560.940,76	4.146.070,01
Ativo Disponível	3.336.493,51	4.283.609,50	4.506.940,93
Haveres Financeiros	56.132,54	56.103,06	74.571,74
(-) Restos a Pagar Processados	2.051.241,91	431.789,13	79.767,50
(-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	942.241,93	346.982,67	355.685,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.820.519,28	5.258.720,73	4.673.591,48
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	8.819.661,49	8.819.661,49	8.819.661,49
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-999.142,21	-3.560.940,76	-4.146.070,01

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan até o Bimestre Atual (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-585.129,25	-3.146.927,80

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		-5.606.285,67

MUNICÍPIO DE SILVEIRAS - SP
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Demonstrativo do Resultado Primário

RF, art 53, inciso III

Receitas Fiscais	2º Bimestre de 2024		
	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas até o Bimestre
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	48.669.690,00	48.789.609,78	17.102.525,31
Receita Tributária	4.137.035,00	4.260.295,00	1.666.153,57
Receita de Contribuição	149.300,00	149.300,00	3.183,59
Receita Previdenciária			
Outras Contribuições	149.300,00	149.300,00	3.183,59
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	976.550,00	976.550,00	99.540,97
(-) Aplicações Financeiras	976.550,00	976.550,00	99.540,97
Transferências Correntes	44.273.355,00	44.270.014,78	15.421.656,35
Demais Receitas Correntes	110.000,00	110.000,00	11.531,80
Diversas Receitas Correntes	110.000,00	110.000,00	11.531,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	24.900,00	24.900,00	24.900,00
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Ativos			
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (V)			
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (VI)			
Outras Alienações de Bens			
Transferências de Capital	24.900,00	24.900,00	24.900,00
Convênios			
Outras Transferências de Capital	24.900,00	24.900,00	24.900,00
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VII) = (II-III-IV-V-VI)	24.900,00	24.900,00	24.900,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (VIII)	-4.737.058,22	-4.737.058,22	-1.744.479,12
RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (I-VII-VIII)	43.957.531,78	44.077.451,56	15.358.046,19

Despesas Fiscais	2º Bimestre de 2024		
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas
DESPESAS CORRENTES (X)	43.328.422,00	43.534.116,05	12.941.534,38
Pessoal e Encargos Sociais	25.540.494,00	25.179.227,36	7.608.834,04
Juros e Encargos da Dívida (XI)			
Outras Despesas Correntes	17.787.928,00	18.354.888,69	5.332.700,34
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	43.328.422,00	43.534.116,05	12.941.534,38
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.409.000,00	2.338.467,97	122.174,51
Investimentos	1.205.000,00	2.134.467,97	73.109,00
Inversões Financeiras			
Concessão de Empréstimos (XIV)			
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XV)			
Demais Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida (XVI)	204.000,00	204.000,00	49.065,51
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVII) = (XIII-XIV-XV-XVI)	1.205.000,00	2.134.467,97	73.109,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	200.000,00	200.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX) = (XII+XVII+XVIII)	44.733.422,00	45.868.584,02	13.014.643,38
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XIX)	-775.890,22	-1.791.132,46	2.343.402,81

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

MUNICÍPIO DE SILVEIRAS - SP
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Balço Orçamentário

RF, art. 52, alíneas "a" e "b" do inciso I e II, alíneas "a" e "b" do inciso II

Receitas Orçamentárias	Previsão			Receitas Realizadas até o Bimestre			Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	Até o Bimestre	o Bimestre			
				Realizadas	Realizadas		
RECEITAS CORRENTES	49.646.240,00	49.766.159,78	16.226.184,30	17.202.066,28	32.564.093,50		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.137.035,00	4.260.295,00	1.620.974,71	1.666.153,57	2.594.141,43		
Contribuições	149.300,00	149.300,00	47.776,00	3.183,59	146.116,41		
Receita Patrimonial	976.550,00	976.550,00	326.383,56	99.540,97	877.009,03		
Receita de Serviços	96.800,00	32.266,68	346.9				

RECEITAS DO ENSINO							
Recursos Resultante de Impostos (caput do art. 212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Recursos Realizados				
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	3.993.000,00	4.117.000,00	1.601.462,41	38,90			
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	958.100,00	987.100,00	345.100,49	34,96			
1.1.1 - IPTU	800.000,00	800.000,00	274.501,86	34,37			
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	158.100,00	187.100,00	70.598,63	37,68			
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.900,00	200.000,00	128.403,33	64,20			
1.2.1 - ITBI	200.900,00	200.000,00	128.403,33	64,20			
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI							
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.833.700,00	1.927.900,00	760.879,28	39,47			
1.3.1 - ISS	1.800.000,00	1.800.000,00	604.014,49	33,56			
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	33.700,00	127.900,00	156.864,80	122,59			
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.002.000,00	1.002.000,00	367.879,30	36,63			
1.4.1 - IRRF							
1.4.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF							
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.068.590,00	25.065.340,78	8.722.394,87	34,80			
2.1 - Cota-Parte FPM	15.900.000,00	15.900.000,00	5.540.216,47	34,84			
2.1.1 - Parcela referente à CF, art.159, I, alínea b	14.500.000,00	14.500.000,00	5.540.216,47	38,21			
2.1.2 - Parcela referente à CF, art.159, I, alínea d	1.400.000,00	1.400.000,00					
2.1.3 - Parcela referente à CF, art.159, I, alínea e							
2.2 - Cota-Parte ICMS	8.180.000,00	8.100.000,00	2.527.793,74	31,21			
2.2.1 - ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996							
2.2.2 - Cota-Parte IPI-Exportação	8.180.000,00	8.100.000,00	2.527.793,74	31,21			
2.2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996							
2.2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	8.180.000,00	8.100.000,00	2.527.793,74	31,21			
2.2.5 - Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	5.866,87	9,78			
2.2.6 - Cota-Parte IPVA	970.300,00	970.300,00	631.419,10	65,07			
2.2.7 - Cota-Parte IDF-Curo							
2.2.8 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS							
2.2.9 - Cota-Parte ICMS - Compensação art. 3º LC 194/2022							
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	29.061.590,00	29.182.300,78	10.323.857,28	35,38			
Recursos Adicionais para Financiamento do Ensino							
Recursos da Aplicação Financeira de Outros Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Recursos Realizados				
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	1.500,00	1.500,00	6.892,61	459,51			
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FINE	1.090.340,00	1.090.340,00	305.632,88	28,03			
5.1 - Transferências do Salário-Educação	874.360,00	874.360,00	236.012,10	26,31			
5.2 - Transferências Diretas - FINE	1.040,00	1.040,00					
5.3 - Transferências Diretas - FINEZ	95.660,00	95.660,00	27.815,75	29,08			
5.4 - Transferências Diretas - FINEZ	96.180,00	96.180,00	43.719,77	45,33			
5.5 - Outras Transferências do FINE							
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FINE	21.100,00	21.100,00	4.085,26	19,36			
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	2.500.000,00	2.500.000,00	643.264,77	25,73			
6.1 - Transferências de Convênios	2.500.000,00	2.500.000,00	643.264,77	25,73			
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios							
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.500,00	18.500,00	13.686,81	73,98			
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.610.340,00	3.610.340,00	909.477,07	25,19			
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	29.061.590,00	29.182.300,78	10.323.857,28	35,38			
FUNDEB							
Recursos do FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Recursos Realizados				
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.737.058,32	4.737.058,32	1.744.479,12	36,83			
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.900.000,00	2.900.000,00	1.108.043,16	38,21			
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.620.000,00	1.620.000,00	505.558,27	31,21			
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)							
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	10.996,22	10.996,22	3.420,14	31,10			
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinada ao FUNDEB - (20% de (1.1 + 2.5))	12.000,00	12.000,00	1.173,33	9,78			
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	194.060,00	194.060,00	126.284,22	65,07			
10.7 - Cota-Parte ICMS - Compensação art. 3º LC 194/2022 Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.9)							
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.366.400,00	5.366.400,00	2.034.569,89	37,91			
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	5.366.400,00	5.366.400,00	2.034.569,89	37,91			
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB							
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	18.400,00	18.400,00					
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	632.941,78	632.941,78	290.090,77	45,83			
Despesas do FUNDEB							
Despesas do FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em RP não Processadas (c)
			Até o Bimestre (b)	% (d)=(b/a)x100	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/a)x100	
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.366.400,00	3.366.400,00	1.944.862,49	57,78	1.944.862,49	57,78	
13.1 - Com Educação Infantil	1.473.990,00	1.473.990,00	290.317,42	19,70	290.317,42	19,70	
13.2 - Com Ensino Fundamental	3.892.410,00	3.892.410,00	1.654.545,07	42,51	1.654.545,07	42,51	
14 - OUTRAS DESPESAS	3.892.410,00	3.892.410,00	1.654.545,07	42,51	1.654.545,07	42,51	
14.1 - Com Educação Infantil							
14.2 - Com Ensino Fundamental							
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.366.400,00	3.366.400,00	1.944.862,49	57,78	1.944.862,49	57,78	
Deduções para Fins do Limite do FUNDEB							
Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 70%							
16.2 - FUNDEB 30%							
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							53.793,33
17.1 - FUNDEB 70%							53.793,33
17.2 - FUNDEB 30%							
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							53.793,33
Indicadores do FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.891.069,16
19.1 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (14.1 + 17.1)) / (13) x 100) %							92,95
19.2 - Máximo de 30% em Despesas com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (14.2 + 17.2)) / (13) x 100) %							
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício ((20 - (19.1 + 19.2)) %							7,05
Controle da Utilização de Recursos no Exercício Subsequente							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2023 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							53.793,33
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2024							
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Despesas Custeadas com a Receita Resultante de Impostos e Recursos do FUNDEB							
Despesas com Ações Típicas de MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em RP não Processadas (c)
			Até o Bimestre (b)	% (d)=(b/a)x100	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/a)x100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.620.990,00	1.620.990,00	398.317,42	24,48	326.317,42	20,06	
22.1 - Creche							
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.473.990,00	1.473.990,00	290.317,42	19,70	290.317,42	19,70	
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	147.000,00	147.000,00	108.000,00	73,50	36.000,00	24,50	
22.2 - Pré-Escola	1.620.990,00	1.620.990,00	398.317,42	24,48	326.317,42	20,06	
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.473.990,00	1.473.990,00	290.317,42	19,70	290.317,42	19,70	
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	147.000,00	147.000,00	108.000,00	73,50	36.000,00	24,50	
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.060.410,00	9.106.410,00	2.620.086,22	28,88	2.620.086,22	28,77	
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.892.410,00	3.892.410,00	1.654.545,07	42,51	1.654.545,07	42,51	
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.168.000,00	5.214.000,00	975.541,15	18,71	965.540,15	18,52	
24 - ENSINO MÉDIO	70.000,00	70.000,00	13.004,39	18,58	13.004,39	18,58	
25 - ENSINO SUPERIOR	70.000,00	70.000,00	13.004,39	18,58	13.004,39	18,58	
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	70.000,00	70.000,00	13.004,39	18,58	13.004,39	18,58	
27 - OUTRAS	883.900,00	883.900,00	1.264.043,57	143,01	164.334,25	18,59	
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	11.635.300,00	11.687.300,00	4.305.451,80	36,84	3.123.696,88	26,73	
Deduções Consideradas para Fins de Limite Constitucional							
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							290.090,77
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							
31 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (48)							
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							53.793,33
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							
34 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
35 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45)							
36 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)							343.884,10
37 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))							2.602.473,94
38 - PORCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							25,21
Outras Informações para Controle							
Outras Despesas Custeadas com Recursos Adicionais para Financiamento do Ensino	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em RP não Processadas (c)
			Até o Bimestre (b)	% (d)=(b/a)x100	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/a)x100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	2.845.990,00	2.845.990,00	1.534.854,54	53,93	483.562,61	16,99	
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	2.845.990,00	2.845.990,00	1.534.854,54	53,93	483.562,61	16,99	
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	14.481.290,00	14.533.290,00	5.840.306,14	40,19	3.607.259,29	24,82	
Restos a Pagar Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							
45 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							
45.1 - Decretadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							
45.2 - Decretadas com Recursos do FUNDEB							
Controle da Disponibilidade Financeira							
46 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023					204.166,83		
47 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					2.834.569,89		230.812,10
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE							
48.1 - Orçamento do Exercício							
48.2 - Restos a Pagar							
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					2.238.736,72		230.812,10

Luiz Guilherme de Oliveira confessa à DDM de Lorena ter matado Elda Fortes

Descoberto em Itaquaquetuba, ele está preso em Aparecida por trinta dias; inquérito continua depois de depoimentos na Delegacia de Defesa da Mulher de Lorena e pode levar a pena de prisão de até trinta anos

Da Redação
Lorena

O principal suspeito pelo assassinato da técnica de enfermagem Elda Mariel Aquino Fortes, 29 anos, espancada até a morte em 16 de março, em Lorena, Luiz Guilherme Costa de Oliveira foi transferido para a cidade na tarde desta segunda-feira (27). Ex-namorado da vítima, o acusado, de 22 anos, confessou ter matado Elda, em seu primeiro depoimento na DDM (Delegacia de Defesa da Mulher).

Oliveira foi capturado na casa da mãe, em Itaquaquetuba, na região da Grande São Paulo, no último dia 21, e passou por audiência de custódia. Já em Lorena, a delegada Adriana Gonçalves, responsável pela Delegacia de Defesa da Mulher, ouviu o depoimento do acusado. Ele disse que se encontrou com Elda na casa da jovem e que teria sido convidado a entrar. Contou que tiveram uma discussão e que, para se defender, aplicou um mata-leão na vítima.

Após a confissão, Oliveira foi transferido para a prisão em Aparecida, já que a cadeia pública de Lorena passa por reformas. A delegada informou que o acusado ficará preso por trinta dias. Enquanto

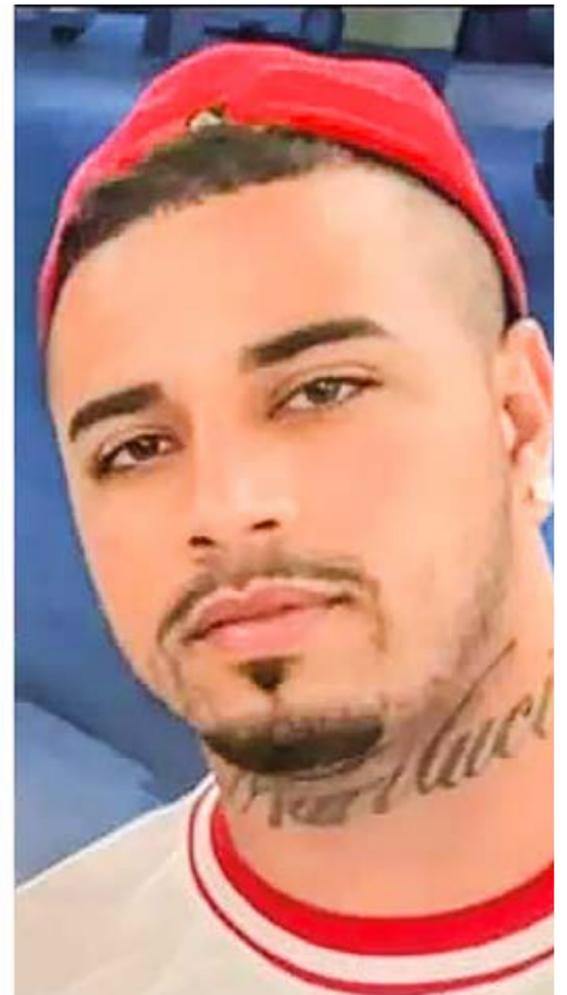
isso a Polícia Civil conclui o inquérito e o envia para o Ministério Público, que deve oferecer a denúncia de feminicídio. Se Luiz Guilherme de Oliveira for condenado pelo jure popular, pode pegar de 15 a 30 anos de prisão.

O caso - A prisão de Luiz Guilherme ocorreu 66 dias após o assassinato da técnica de enfermagem, mãe de dois filhos e que atuava na Maternidade da Santa Casa de Lorena desde fevereiro de 2022.

Segundo o boletim de ocorrência, o corpo de Elda foi encontrado na manhã de 16 de março pela mãe, na casa em que viviam na rua Conselheiro Rodrigues Alves, na região central da cidade. Além de diversas lesões no rosto e marcas de asfixia, a vítima estava com o pescoço quebrado.

Logo após o crime, Luiz Guilherme foi apontado pela família de Elda como o autor do feminicídio, já que ele havia ameaçado de morte diversas vezes. Em janeiro deste ano, a técnica de enfermagem registrou um boletim de ocorrência contra o ex-namorado por violência doméstica, fato que lhe garantiu uma medida protetiva contra ele.

Luiz Guilherme teve sua prisão temporária decretada pela Justiça em 18 de março.



Luiz Guilherme de Oliveira confessou ter matado Elda Fortes, em depoimento na DDM de Lorena; ele segue preso durante processo por trinta dias

Região tem 124 homicídios no primeiro quadrimestre no ano

Área registra média de mais de um habitante morto por dia; Caraguá, Guará e Pinda enfrentam situação preocupante

Leis LDO e LOA

Por você, por Cruzeiro

A Câmara de Cruzeiro está discutindo em audiências públicas a Lei LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual)

Sua participação nas audiências é fundamental!

LDO
A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano.

LOA
Orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LOA (Lei Orçamentária Anual) baseia-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre os dois documentos.

[/camaramunicipaldecruzeiro](https://www.facebook.com/camaramunicipaldecruzeiro)
[/cmcrucruzeiro](https://www.instagram.com/cmcrucruzeiro)

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO

Lucas Oliveira
RMVale

Um levantamento divulgado pelo Governo do Estado na segunda-feira (27) revelou que a região foi, mais uma vez, a mais violenta do interior paulista no primeiro quadrimestre deste ano. Única a registrar mais de cem assassinatos no período, a RMVale (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) atingiu a média de mais de um morador executado por dia.

Os dados publicados pela SSP (secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo) apontam que a RMVale teve 124 moradores assassinados entre janeiro e abril, sendo 120 vítimas de homicídio doloso (quando existe a intenção de matar) e quatro de latrocínio (roubo seguido de morte). O montante supera em 13% o registrado no mesmo período do ano passado, que foi 109, sendo 104 homicídios dolosos e cinco latrocínios.

A região registrou 51 vítimas de assassinato a mais do que a segunda região mais violenta do interior, Campinas, que teve 73 moradores executados. As demais áreas que registraram mortes violentas no primeiro quadrimestre foram Sorocaba (70), Ribeirão Preto (67), Piracicaba (61), Santos (48), Bauru (47), São José do Rio Preto (40), Presidente Prudente (36) e Araçatuba (33).

Mais violenta da região neste ano, Caraguatatuba teve 15 moradores assassinados. O caso de maior repercussão registrado na cidade praiana ocorreu em 14 de março, quando dois homens, que não tiveram as identidades e idades divulgadas, foram mortos com requintes de crueldade. Segundo boletim de ocorrência, a Polícia Militar foi acionada por volta das 17h por um grupo de pedestres que se deparou com os corpos dos rapazes abandonados na avenida Andradina Garcia dos Reis, no bairro Balneário Recanto do Sol. Os

cadáveres estavam amarrados um ao outro, sendo que a corda ligava o pescoço de uma vítima à perna da outra. Além de fraturas, os corpos apresentavam perfurações e outros tipos de ferimentos na face, cabeça e pescoço, evidenciando que a dupla foi torturada antes de ser morta. O duplo homicídio segue sendo investigado pela Polícia Civil.

Na vice-liderança do levantamento, aparece Guaratinguetá com 13 vítimas de homicídio doloso, seguida de Pindamonhangaba, que teve 12 moradores executados. Os demais municípios da região que registraram assassinatos no primeiro quadrimestre foram Cruzeiro (9), Ubatuba (9), Aparecida (8), Jacareí (7), São José dos Campos (7), Taubaté (7), Potim (6), Caçapava (5), São Sebastião (5), Lorena (4), Santa Branca (3), Tremembé (3), Queluz (2), Cachoeira Paulista (1), Canas (1), Cunha (1), Igaratá (1), Ilhabela (1), Paraíba (1), Piquete (1), Roseira (1) e São Luís do Paraitinga (1).

JORNALATOS.NET
A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA
ACESSE O NOSSO SITE